

SETOR Curtumes

Classificação de acordo com CAE rev3: Secção C - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS. Divisão - 15 INDÚSTRIA DO COURO E DOS PRODUTOS DO COURO. **Grupo 151 Compreende a curtimenta e acabamento de peles sem pelo e com pelo assim como a fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correio e de seleiro.**

Não inclui:

- Produção animal para aproveitamento das peles (01494);
- Produção de peles de caça (01701);
- Produção de couro e peles de abate (10110);
- Fabricação de artigos de imitação de peles obtidos por tecelagem (132);
- Fabricação de artigos e vestuário em couro (14110);
- Fabricação de cintos, luvas e chapéus de couro (14190);
- Fabricação de artigo de peles com pelo (14200);
- Fabricação de artigos de imitação de peles obtidas por tricotagem (14390);
- Fabricação de selaria de madeira (16291);
- Fabricação de imitação de couro em borracha (22192);
- Fabricação de imitação de couro em matérias plásticas (22292);
- Fabricação de selins para bicicletas (30920);
- Fabricação de cintos de proteção e segurança para trabalho (32994);

Estatísticas Industriais 2018¹

Grandezas	Seção C- Indústria Transformadora (IT)	CAE 151	Peso na IT (%)
Número de empresas (nº)	68.214	400	0,6
Volume de Negócios (milhões de Euros)	95.186	362	0,4
Número de Trabalhadores (nº)	735.109	4.697	0,6
VABpm ² (milhões de Euros)	22.472	96	0,4
Indicadores			
Trabalhadores/Empresa	10,8	11,7	
Produtividade aparente do Trabalho ³	30,6	20,4	

Estatísticas Comércio Externo 2018⁴

Grandezas	Seção C- Indústria Transformadora	CAE 151	Peso (%)
Exportação de bens (milhões de Euros)	54.535	272	0,5
Importações de bens (milhões de Euros)	62.137	819	1,3
Balança Comercial (milhões de Euros) (Exportações - Importações)	-7.602	-547	

Análise Setorial⁵ Para enfrentar os desafios deste setor foram identificadas quatro grandes prioridades. A importância da competitividade associada à Investigação e Desenvolvimento e à antecipação e gestão de mudanças. A necessidade de existência de regras de comércio internacional equitativas para transações justas e sustentáveis. A estimulação do emprego qualificado de jovens, a formação contínua e a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho. Por fim a economia circular uma vez que o setor terá que ser cada vez mais ecologicamente consciente.

Legislação	Ciclo de Vida do Produto e Comercialização	Setorial	Conexa
		<ul style="list-style-type: none"> - Decreto-Lei nº 33/2017, de 23 de março assegura a execução e garante o cumprimento das disposições do Regulamento (CE) n.º 1069/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009; - Regulamento (CE) nº 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009 que define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano; - Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro; - Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006 relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH), que cria a Agência Europeia das Substâncias Químicas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento (UE) nº 2019/515 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de março de 2019 relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias comercializadas legalmente noutro Estado-Membro; - Decreto-Lei n.º 23/2011, de 11 de fevereiro que assegura a execução das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 765/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho; - Regulamento (CE) nº 765/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 julho de 2008, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos;

¹ Fonte: Síntese Setorial, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia

² VABpm = Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado

³ VABpm/nº trabalhadores

⁴ Fonte: EUROSTAT

⁵ [European Leather Industry Partner's Roadmap 2018-2025](#)

			<ul style="list-style-type: none"> - Decreto-Lei nº 57/2008, de 26 de março, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio; - Diretiva 2005/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2005, relativa às práticas comerciais desleais das empresas face aos consumidores no mercado interno; 	
			<ul style="list-style-type: none"> - Decreto-Lei n.º 69/2005, de 17 de março, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de dezembro; - Decreto-Lei n.º 2001/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de dezembro de 2001, relativa à segurança geral dos produtos; 	
Licenciamento Industrial e Ambiental	Específica		<ul style="list-style-type: none"> - Decreto-Lei nº 75/2015, de 11 de maio, na sua redação atual, aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente (LUA); - Decreto-Lei nº 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual, estabelece o Sistema da Indústria Responsável (SIR); 	
		Outra	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto-Lei nº 145/2017, de 30 de novembro, assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) nº 517/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014; - Regulamento (UE) n.º 517/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa; - Decreto-Lei nº 127/2013, de 30 de agosto, na sua redação atual, estabelece o Regime de Emissões Industriais (REI), transpondo a Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010; - Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição); - Decreto-Lei nº 38/2013 de 15 de março, na sua redação atual, conclui a transposição da Diretiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009; - Diretiva 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, que altera a Diretiva 2003/87/CE a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa; - Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro; - Diretiva 2004/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004, relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais; - Decreto-Lei nº 127/2008, de 21 de julho, na sua redação atual, regula a execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 166/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de janeiro; - Regulamento (CE) nº 166/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de janeiro de 2006, relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes; - Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual, estabelece o Regime da Utilização dos Recursos Hídricos (RURH); - Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, e a Diretiva nº 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro; - Diretiva 2006/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2006, relativa aos resíduos; - Diretiva 91/689/CEE do Conselho, de 12 de dezembro de 1991, relativa aos resíduos perigosos; 	
Associações do setor			<p>APIC - Associação Portuguesa dos Industriais dos Curtumes AUSTRA - Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena COTANCE - The Confederation of National Associations of Tanners and Dressers of the European Community ICT - International Council of Tanners IULCTS - International Union of Leather Technologists and Chemists Societies GLCC - Global Leather Co-ordinating Committee Leather Naturally</p>	
Centros Tecnológicos			<p>CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro Eurofins BLC Leather Technology Centre Ltd.</p>	
Estudos Setoriais			<p>COTANCE - The Confederation of National Associations of Tanners and Dressers of the European Community: A Industria de Curtumes Europeia - Relatório Social e Ambiental 2020 European Leather Industry Partner's Roadmap 2018-2025; Final Report - A Future for European Leather!" COTANCE 2016; Transparência na origem dos couros & peles 2012 - Relatório Final Europeu European Social and Environmental Report 2012</p>	

Outros Links	<p>aicep Portugal Global – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.</p> <p>AEP - Associação Empresarial de Portugal</p> <p>AIP - Associação Industrial Portuguesa</p> <p>APA – Agência Portuguesa do Ambiente</p> <p>ASAE - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica</p> <p>AT - Autoridade Tributária e Aduaneira</p> <p>CIP - Confederação Empresarial de Portugal</p> <p>COMPETE 2020 - Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização</p> <p>COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação</p> <p>DGAE - Direção-Geral das Atividades Económicas</p> <p>Direção-Geral do Consumidor</p> <p>DG Growth - Directorate-General for Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs</p> <p>GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos</p> <p>Leatherbiz.com</p> <p>IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.</p> <p>IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território</p> <p>ITC – International Trade Center</p> <p>OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico</p> <p>OMC - Organização Mundial do Comércio</p> <p>International Leather Maker</p>
---------------------	--